

FRONTEIRAS E PERMEABILIDADES, ESTUDO SOBRE O PROJETO “HISTÓRIA LOCAL: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA (SETI)”

Borders and permeabilities, study on the project “Local History: Heritage Education and the Exercise of Citizenship (SETI)”

João Paulo Pacheco Rodrigues

Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, AC, Brasil

Resumo

Nesse artigo, buscamos uma reflexão sobre o projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania” realizado em parceria com a Universidade Estadual de Maringá Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. A pesquisa tinha por objetivo “fortalecer o intercâmbio de conhecimentos entre a Educação Básica Pública e o Ensino Superior” e promover a “popularização das atividades desenvolvidas no âmbito acadêmico”, apontando os impasses enfrentados ao se procurar equacionar o Ensino de História e a Educação Patrimonial e Ambiental nas cidades de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi. Os resultados indicaram a viabilidade do desenvolvimento de atividades que dinamizassem o aprendizado da história e despertassem a curiosidade sobre o patrimônio cultural local.

Palavras-chave: História Regional, Memória, Educação Patrimonial.

Abstract

In this article we seek a reflection on the project "História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania" carried out in partnership between the State University of Maringá Superintendence of Science, Technology and Higher Education of Paraná. The objective of "strengthening the exchange of knowledge between Public Basic Education and Higher Education" and promoting the "popularization of activities developed in the academic sphere" Pointing out the impasses faced when trying to equate History Teaching and Heritage and Environmental Education, in the cities of Bom Sucesso, Cambira and Marumbi, which indicated the feasibility of developing activities that streamline the learning of history and arouse curiosity about the local cultural heritage

Keywords: Regional History, Memory, Heritage Education.

INTRODUÇÃO

Na busca de maior integração entre os docentes da Universidade Estadual e Maringá e os da rede pública e municipal, entre acadêmicos da graduação e estudantes da Educação Básica, investimos na possibilidade de investigar algumas conexões entre o ensino e a aprendizagem pensadas em termos de trocas culturais. Por essa via, o desenvolvimento do

projeto de extensão, “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania”¹ ofereceu pistas valiosas para tratarmos temas candentes na atualidade como à preservação dos bens culturais e naturais e de outras histórias dos municípios de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi.

A opção por procedimentos pautados pelos métodos da História Regional e da História Oral nos proporcionou aportes teóricos que viabilizaram reflexões críticas a respeito das práticas didáticas e pedagógicas, bem como experimentos relacionados às vivências de professores e alunos no espaço citadino. O contato com conjunturas históricas e trajetórias de vida de pessoas mais próximas da realidade de alunos e professores estimulou a curiosidade de ambos e trouxe à tona a percepção de enredos individuais, de memórias coletivas e identidades culturais que, ao longo dos últimos cinquenta ou sessenta anos, foram se forjando entre os membros das comunidades das três cidades supracitadas.

A proposição de pensarmos o regional amparou-se na perspectiva de aquilatar as peculiaridades de objetos ainda pouco explorados pela historiografia paranaense. Cabe-nos destacar que optamos por observá-los a partir de códigos identitários comuns entre as comunidades que se instalaram no norte do Paraná. Não era nossa intenção realizar um estudo isolado dos municípios assistidos pelo projeto. Assim, pudemos analisar uma região integrada a sistemas mais amplos, investigando “uma região cujas fronteiras”, necessariamente, não se definiram apenas pelos contornos das “fronteiras políticas juridicamente definidas” (Barros, 2004, p. 132). Logo, propusemos uma abordagem histórica das singularidades dos modos de viver e dos sujeitos históricos que habitaram parte do norte do Paraná a partir do final da década de 1940.

Em consonância com a literatura especializada em teorias da história, asseveramos que as metodologias da história regional e da micro-história não podem ser confundidas, no entanto, ambas nos auxiliaram no decorrer da pesquisa. Ademais, entendemos que os seus princípios básicos não são totalmente incongruentes, pois, enquanto a primeira opera uma redução de escala que permite ao historiador detectar aspectos dificilmente perceptíveis em uma escala macro, a segunda oferece distintos “ângulos” de análise, nos quais são privilegiadas as diferenças identitárias e a pluralidade cultural.

¹ O referido estudo faz parte do projeto História local: a educação patrimonial e o exercício da cidadania, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, financiado pela Secretaria de Estado da Tecnologia (SETI).

Em outros termos, ao enveredarmos por uma análise do “espaço regional” por meio do enfoque sociocultural, observamos como se constituíram as redes de relações sociais entre os sujeitos que se deslocaram de outros lugares do país ou do exterior para o norte do Paraná, nos meses finais da década de 1940 e início da de 1950, em busca de uma vida melhor (Luz, 1997)

EXPERIÊNCIAS DE ARTICULAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA REGIONAL E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O referido projeto visou a fortalecer o intercâmbio de conhecimentos entre a Educação Básica e o Ensino Superior, compartilhando atividades e experiências em distintos níveis do ensino. Além disso, foram realizadas reflexões sobre materiais e métodos capazes de valorizar a história e os bens patrimoniais da população residente nos municípios de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi. Em essência, ao apostarmos na iniciativa de contribuir para o desenvolvimento de populações socialmente vulneráveis, privilegiamos os estudantes matriculados nas escolas das periferias dessas cidades paranaenses, localizadas acerca de quatrocentos quilômetros da Capital do Estado, Curitiba.

Para tanto, organizamos uma equipe formada por um professor recém-licenciado em História, cinco acadêmicos dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pedagogia, Design e História. Mobilizamos também três docentes da UEM com experiências de pesquisa no campo do patrimônio, da educação ambiental, da história regional, das ciências sociais e da pedagogia para atuarem como colaboradores ou orientadores das atividades.

Em um primeiro momento, o grupo de orientadores rediscutiu as atividades previstas no cronograma inicial e efetuou um planejamento detalhado das etapas a serem cumpridas no decorrer de 21 meses. Entre as principais delas, destacamos o levantamento de documentos textuais ou imagéticos referentes ao processo de ocupação dos municípios em questão e a realização de entrevistas gravadas e/ou filmadas com o consentimento dos primeiros moradores instalados na região. A partir desses primeiros contatos, conseguimos angariar fotografias antigas que nos possibilitaram vislumbrar o processo de transformação do espaço urbano e rural, documentos oficiais e matérias de jornais com informações sobre o cotidiano, escritos de memorialistas que narraram acontecimentos singulares da vida dessas pessoas e de seus familiares.

Antes de iniciarmos a pesquisa de campo, efetuamos uma série de debates sobre os procedimentos didáticos, pedagógicos, teóricos e metodológicos que poderiam atender nossos objetivos tanto de difundir outras versões dos acontecimentos históricos, como valorizar os bens culturais e ambientais. Promovemos também ciclos de estudos sobre algumas das temáticas priorizadas no projeto de apoio à licenciatura em História e áreas afins, por meio da organização de um evento de extensão sobre filmes etnográficos. Investimos no rastreamento de técnicas de preparação de jogos e brinquedos adequados às atividades lúdicas, visando tornar o conteúdo mais atrativo e favorecer a fixação dos conhecimentos a serem ministrados.

A confecção de bonecos representando a diversidade étnica da região, maquetes de monumentos considerados marcos do crescimento da cidade, mapas, caixas de espelho, jogos da memória e dominó com a reprodução de fotografias do patrimônio natural e cultural do Paraná e do Brasil foram utilizados nas oficinas e no curso de capacitação. A realização das atividades lúdicas com os brinquedos mencionados, somada aos desenhos e pinturas de lugares considerados pelos estudantes como característicos do meio onde viviam, visou problematizar histórias e vivências das comunidades, bem como aguçar a curiosidade sobre o assunto.

Fig. 1: Jogo de dominó – Patrimônio Natural, Edificado e Cultural Paranaense



Fonte: Registro do autor

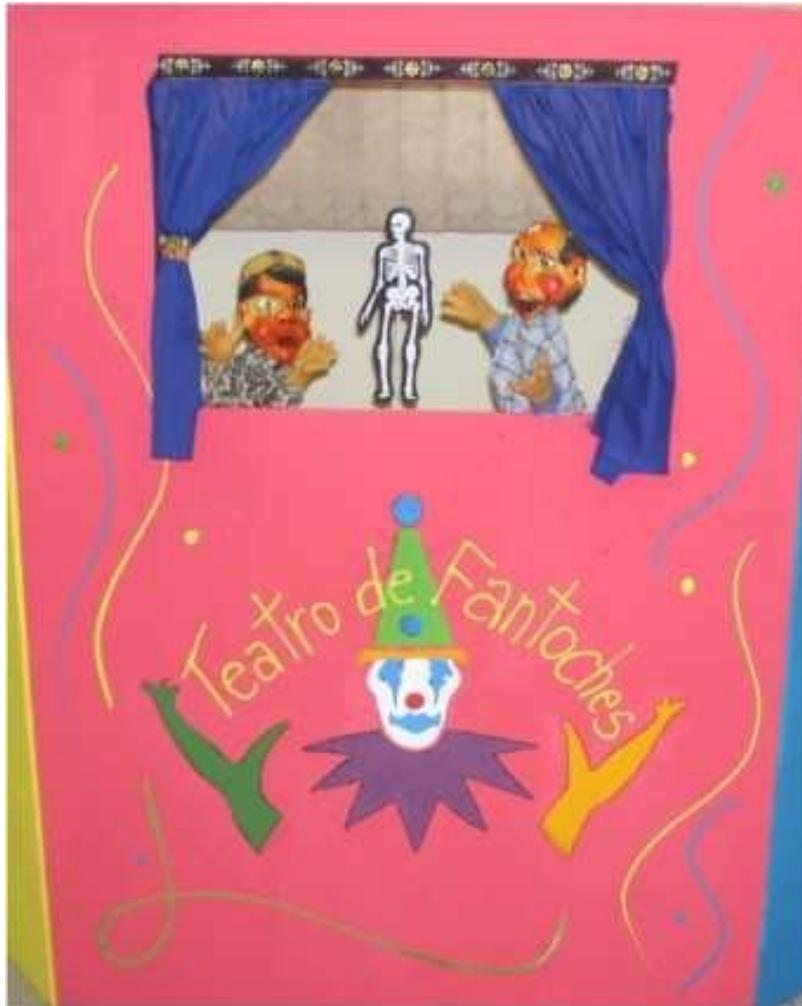
Fig. 2: Caixa de Espelho – Membros da Comunidade e Munícipes como sujeitos históricos



Fonte: Registro do autor

Cumpre-nos salientar que houve frustração na confecção de jogos de tabuleiros pelos próprios alunos, com ícones de cada uma das cidades, bem como a apresentação de um teatro de fantoches com intuito de narrar as histórias do cotidiano por meio do teatro de bonecos. Talvez isso tenha ocorrido em função do tempo exíguo, das dificuldades de acesso às técnicas e linguagens específicas desse tipo de dramaturgia e de algumas limitações impostas pelo próprio edital de financiamento do Programa Universidade Sem Fronteiras, que não contemplava rubricas para investimentos na formação dos membros de nossa equipe. De todo modo, ainda pretendemos colocar em prática essas duas sugestões, pois além de nos parecerem válidas, esperamos, no futuro próximo, buscar embasamentos que nos permitam levar às escolas o “Teatrinho – pensando nossa terra”.

Fig. 3: Suporte em madeira pintada com cores coloridas e bonecos a serem utilizados no Teatro de Bonecos Referência à “Lenda do Corpo Seco” (160 cm x 98 cm x 60 cm).



Fonte: Registro do autor

O curso de capacitação, ministrado para mais de 100 professores da rede estadual e municipal de ensino, foi centralizado no município de Cambira, que ofereceu o apoio logístico para sua realização. A cooperação da Secretária de Educação, Profa. Ms. Doris Lucas e da Prefeitura Municipal de Cambira foram cruciais, uma vez que o Centro Cultural da cidade foi disponibilizado para tais fins.

O curso foi direcionado ao debate dos seguintes temas:

- a) Educação Ambiental;
- b) A reciclagem e a preservação do ambiente;
- c) História Regional do Paraná;
- d) A ocupação do Norte do Estado;

- e) Trajetórias do reconhecimento dos bens culturais materiais e imateriais no Brasil;
- f) Políticas públicas de preservação adotada no Paraná;
- g) A defesa dos nossos bens patrimoniais;
- h) Relatos de experiências didáticas.

Esse trabalho revelou-se muito produtivo porque, por um lado, garantiu a troca de experiências de ensino e, por outro, aproximou-nos de pessoas das comunidades que haviam guardado entre seus pertences, artefatos e documentos relacionados ao período em que suas famílias se instalaram na região. Além de representarem a “memória viva” do processo de ocupação da região em questão, uma memória que corria o perigo de se perder dado à idade avançada de alguns depoentes. Felizmente, boa parte dessa memória coletiva ou individual ficou registrada em nossos arquivos e ofereceu subsídios para as pesquisas que apresentamos nos próximos capítulos e para aquelas que ainda se encontram em andamento.

Dois exemplos relevantes devem ser lembrados: 1) as reminiscências resguardadas do esquecimento referentes às experiências dos agricultores na geada de 1975, que arrasou os cafezais e alterou a dinâmica socioeconômica regional, obrigando simultaneamente os municípios e autoridades políticas a buscarem outras alternativas de investimentos para geração de emprego e renda; 2) as manifestações de devoção coletiva nas Folias de Reis, a organização de Companhias de Reisado e outras celebrações em tributo aos santos tomados como benfeitores ou bem-aventurados pela população católica.

Nesse sentido, buscamos interagir com a população participando de festas como astradicionais cavalgadas, missas e encontros com membros da comunidade em divertidas reuniões nos salões paroquiais, onde pessoas da terceira idade rememoraram “causos” passados, situações hilárias vivenciadas por eles em festas de casamentos, celebrações religiosas, e também, lembranças de algumas fatalidades. Nessas e noutras situações, percebemos que nossa equipe foi acolhida pela comunidade.

Os párocos das igrejas matrizes também contribuíram nesse processo, uma vez que disponibilizaram para a nossa equipe os livros tomo das igrejas contendo registros de casamentos, batizados e falecimentos. Um deles propiciou encontros de nossa equipe com a comunidade.

O intuito de despertar o interesse pela preservação do patrimônio local e pela salvaguarda das memórias coletivas inspirou nossa equipe a fomentar meios direcionados ao exercício da cidadania. Partimos da hipótese de que a junção sistemática dos fundamentos de diversas áreas e metodologias permitiria a problematização da história e a apreensão da atuação dos sujeitos, pensados em sua pluralidade.

Esperamos ter contribuído para a deflagração de debates devotados à formulação de políticas preservacionista municipais, implementadas visando salvaguardar a cultura material e imaterial da população residente, seus saberes e tradições, além de valorizar os bens ambientais locais, conforme sugerem os gestores do patrimônio no Brasil como, por exemplo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Ministério da Cultura (MinC).

Os estudos desenvolvidos em Bom Sucesso, Cambira e Marumbi contribuíram para a compreensão de inter-relações entre o meio e a sociedade, e também, entre os professores e seus alunos. A pesquisa empírica, que visou à descoberta das potencialidades dos bens culturais e naturais existentes nos municípios, buscou reconstituir as experiências sociais que foram silenciadas sob os ditames do crescimento urbano e auxiliar no processo de valorização das raízes culturais e étnicas dos habitantes dessas regiões.

Como sugeriu Horta (1999), adotamos quatro etapas básicas no desenvolvimento desse projeto: a observação, o registro, o exame e a apropriação. A pertinência dessas experiências empíricas apontou a adequada aplicação da metodologia, que resultou, em sua primeira etapa, na identificação do objeto, sua função e significado (Pelegrini, 2009). Em síntese, para que a Educação Patrimonial, associada ao ensino de História, se concretizasse, tornou-se imperioso expandir a visão de que os bens culturais se limitavam aos núcleos históricos, aos vestígios arqueológicos ou aos antigos objetos em desuso.

Ora, considerando que todas as cidades são históricas, empenhamos-nos na superação de discursos pautados apenas pela valorização da cultura material (monumentos, conjuntos arquitetônicos, obras de arte) e difundimos a ideia de que os bens patrimoniais congregam nossas experiências vividas e condensadas em formas de linguagem diversificadas (Canclini, 2001; Pelegrini; Funari, 2008). O reconhecimento e a salvaguarda do patrimônio devem levar em consideração o significado e as relações que estabelecem com as memórias das comunidades envolvidas e a percepção do sentido de pertença expressos

nas tradições, nas maneiras de usufruir dos bens e dos espaços físicos (Funari; Pelegrini, 2006).

A Educação Patrimonial soou como uma ação capaz de promover a integração de diversas áreas do conhecimento e, em última instância, evidenciou que os estudos sobre os significados do patrimônio representam interpretações múltiplas sobre os sentidos do passado (Horta, 1999). Nessa direção, foi sendo conduzido o projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania”.

A opção pelos princípios metodológicos da História Regional e História Oral explicitou a necessidade de sermos cautelosos em relação à dinâmica social e de examinarmos as transformações que ocorreram nos pontos de vista de uma geração para outra. Um marco ou um espaço da cidade que pode figurar como “um lugar de memória” para uma comunidade, mas pode ser esquecido por outros grupos ao longo do tempo (Le Goff, 2003; Nora, 1993).

A revisitação de acepções consolidadas e de mitos fundadores pôde oferecer visibilidade a outros sujeitos históricos e enredos poucos conhecidos ou tomados apenas como credices populares, como é o caso das lendas e histórias fantásticas narradas pela população que vive na área urbana ou rural. Descobertas sobre as historicidades locais colocaram em evidência bens patrimoniais até então ignorados ou não compreendidos como tais, porque durante muito tempo essa população se acostumou a reverenciar os grandes feitos das elites e acontecimentos históricos “oficiais”. As comunidades, de modo geral, têm certa dificuldade de admitir que suas heranças culturais sejam tão significativas quanto as dos segmentos dominantes.

O saber-fazer relativo às maneiras de manipular os alimentos, as técnicas construtivas em madeira com encaixes perfeitos, as misturas de ervas curativas, provérbios, cantigas, entre outras coisas, faz parte da história dos habitantes dessa região. O encontro entre as culturas e as traduções delas decorrentes, como diria Stuart Hall (2002), levaram-nos a perceber a riqueza dos saberes e tradições das comunidades que ocuparam a região norte do Paraná e a compreender os costumes das populações remanescentes.

As representações acerca da história e do patrimônio, cristalizadas na produção historiográfica paranaense, instituíram um modo de conceber a localidade e o ensino de História no Estado, centralizados nos acontecimentos emergentes na capital, Curitiba, ou nas cidades circunvizinhas que se destacaram pelo desenvolvimento econômico ou político. O

reconhecimento dos ícones da história no Paraná explica, em parte, a relativa importância atribuída ao estudo do processo de formação e ocupação dos municípios de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi, onde foi desenvolvido o projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania”.

Inicialmente, sabia-se apenas que esses municípios se localizavam cerca de 400 km da capital e que os núcleos haviam se formado em função da expansão da economia cafeeira e do comércio de grãos. Na atualidade, os principais produtos cultivados nessas localidades são a soja, o milho e o trigo. Em outras palavras, pouco se investigou acerca do processo de ocupação, de transformação das cidades e das condições de vida e trabalho nesses municípios, pois a historiografia tradicional privilegiou o estudo das “cidades mais expressivas” do Estado.

Todavia, não podemos deixar de mencionar o empenho da Secretaria de Estado da Cultura no sentido de investigar, mesmo que superficialmente, os costumes, crenças e tradições das cidades do interior, trabalho que resultou na publicação dos “Cadernos Paraná da Gente”. Iniciativas que, somadas a um programa de extensão universitária, coordenado pela Secretaria de Estado de Ciências, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), viabilizaram o desenvolvimento da pesquisa ora relatada e de muitas outras em diversas áreas do conhecimento.

Pode-se depreender que o lançamento do “Programa Universidade de Extensão Universitária - Universidade Sem Fronteiras”, pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI/PR), insere-se na esfera [...] uma política de extensão específica para as Instituições Públicas Estaduais e Federais de Ensino Superior do Estado do Paraná, priorizando o financiamento de projetos em áreas estratégicas para o desenvolvimento social de populações socialmente vulneráveis, nas periferias das cidades paranaenses e de municípios que apresentem indicadores sociais baseados em Índices de Desenvolvimento Humano Municipal [...] (SETI - Edital n. 04/2007).

Este programa reuniu alguns subprogramas, entre eles o de “Apoio às Licenciaturas”. Nesta modalidade incluiu-se o projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania”, brindado com recursos para a aquisição de equipamentos e três bolsas de orientação, cinco bolsas de estudos para acadêmicos e uma para recém-formados. Nossa proposta se pautou pelo intuito de fortalecer a troca de conhecimentos entre a Educação

Básica Pública e o Ensino Superior e promover a popularização das atividades desenvolvidas no âmbito acadêmico.

O equacionamento de reflexões que pudessem suscitar a observação crítica da história oficial ou da denominada “memória histórica” constituiu um dos fundamentos cruciais do projeto, cujo enfoque voltou-se para o desenvolvimento de mini-cursos, oficinas, atividades lúdicas, entrevistas e vivências com as comunidades. Além da publicação de textos paradidáticos, pleiteamos reunir subsídios para, junto aos interessados, criar instrumentos, materiais e métodos que incentivem os professores membros e líderes comunitários a trabalhar os conteúdos programáticos da disciplina de História, visando a estimular crianças, jovens e adolescentes a “redescobrirem” costumes, rituais, tradições e bens patrimoniais que fazem sentido para eles.

O levantamento de dados sobre festas, celebrações, lendas, objetos, lugares, monumentos, rios, minas e outros bens naturais e culturais, realizados por nossa equipe e a proposta de integrá-los aos conteúdos das disciplinas de História e Geografia, Ciências e Biologia, por exemplo, encontrou certa resistência por parte dos professores – algo compreensível dado as condições precárias de trabalho desses profissionais.

Os efeitos multiplicadores dessas proposições envolveram desde a abordagem de temas atuais como a questão da responsabilidade de cada cidadão no que tange ao aquecimento global, até a percepção de distintos espaços citadinos como bens coletivos a serem “cuidados” ou “conservados” por todos.

Um olhar mais atento às diferenças entre os bairros centrais e os periféricos, ao volume e forma das construções, aos locais destinados à prática do lazer, das religiosidades e de atividades financeiras chamaram a atenção das crianças. Explicações sobre a origem do nome atribuído às ruas, praças, estádios, rodoviárias, escolas, entre outros, possibilitaram aos professores relacionar os espaços ou personagens homenageados na esfera municipal com as historicidades estaduais, nacionais, e quiçá, internacionais.

A partir de indagações como: por que quase todas as cidades paranaenses possuem uma avenida denominada Brasil ou uma Rua Paraná? Qual o motivo de alguns bairros receberem nomes de estados brasileiros, de países europeus ou norte-americanos? O que explicaria a reverência a Tiradentes, Duque de Caxias, Interventor Manuel Ribas, Tancredo Neves ou aos denominados “pioneiros” como ex-prefeitos, vereadores e outras autoridades da história política do nosso país e dos municípios de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi?

Enfim, estas e outras questões objetivaram promover reflexões críticas entre os professores e alunos do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, respeitando o conteúdo programático das disciplinas eséries, assim como a idade dos estudantes.

APONTAMENTOS

Neste projeto, as tendências pertinentes às políticas públicas educacionais foram consideradas. Mas, como bem o lembra Meneses (1999), uma questão tem-se mostrado paradoxal: chamamos a atenção das comunidades para a relevância do temas tratados e, não raro, tendemos a “convencê-las” de que todos têm o direito de participar da vida social e deliberar sobre os suportes político-culturais que informarão as gerações futuras. Porém, precisamos, como educadores, efetivamente, instigar crianças e adultos a se interessarem por questões que afetam o dia-a-dia dos municípios e os façam repensar a importância do voto consciente, apenas para citar exemplo.

Evidentemente, essa “redefinição” de práticas escolares, bem como o exercício da cidadania, deve ser processada não somente ao longo do desenvolvimento desse projeto, nem tampouco se inscrever aos rígidos preceitos dos planejamentos pedagógicos – alvo de interesse de profissionais ligados ao ensino e à salvaguarda –, mas mediar práticas e as representações discursivas, bem como a troca de experiências mútuas que possam gerar frutos positivos no presente e no futuro.

Certo é que os alunos e professores demonstraram interesse por bens culturais antes ignorados – aspecto que se deve ao fato de o ensino de história, articulado aos conceitos de patrimônio, contribuir para evidenciar diferenças socioculturais e, ainda, a necessidade de interagir com uma intrincada rede de representações simbólicas relativas ao poder local.

A relevância do desenvolvimento do projeto “História Local: a Educação Patrimonial e o Exercício da Cidadania” se justificou pela tentativa de aproximar os acadêmicos e docentes da Universidade Estadual de Maringá das comunidades locais, com o propósito de contribuir para melhorar as condições de ensino e aprendizagem no Ensino Básico.

Ademais, a superação de certas desconfianças relativas à abordagem da história local e regional e, ainda, a ampliação dos veículos e formas de comunicação capazes de promover a consciência da preservação constituem um dos desafios cotidianos a serem enfrentados na atualidade. No entanto, temos clareza de que o êxito de um projeto como este não pode

prescindir do apoio das comunidades e do compromisso das autoridades políticas em investir em políticas de gestão do patrimônio e de manejo em áreas de preservação ambiental.

Há que socializarmos informações e difundirmos a percepção de que o patrimônio é social e historicamente produzido, esclarecendo que a preservação não se traduz em “atraso” ou “impedimento” ao crescimento econômico. Muito pelo contrário, a valorização dos bens culturais das antigas gerações tende a revigorar o sentido de pertença de indivíduos ou grupos.

A consciência da preservação dos bens socialmente produzidos, efetivamente, pode contribuir para a percepção dos alunos e professores como cidadãos e agentes multiplicadores de ações pró-ativas em relação aos cuidados com o meio e a proteção de bens culturais antes ignorados em sua essência.

Admitimos que os resultados positivos ora alcançados se devam às dimensões que a temática do patrimônio vem atingindo na mídia e ao interesse que professores e alunos demonstraram ao perceberem que seria possível dessacralizar os conceitos perpetuados pelos poderes instituídos e por uma dada leitura do passado.

O emprego ordenado e duradouro dos métodos da Educação Patrimonial no Ensino de História concorreu para um aprofundamento sobre processo de construção identitária e possibilitou o desenvolvimento de reflexões em torno do significado coletivo e plural da história, das experiências vividas por distintos segmentos sociais e da implementação de políticas de preservação.

O projeto originou o livro “Estudos de História Regional do Vale do Ivaí”, lançado em 2017, que versa sobre as múltiplas memórias das cidades de Marumbi, Bom Sucesso e Cambira. A obra, distribuída para os professores da rede pública, lança a luz sobre debates respeito da História dessas três cidades, incluindo temas como o Patrimônio local (Cavalgada, festas religiosas, pratos típicos, lendas e o processo de ocupação das cidades)

A publicação da obra é de grande importância, uma vez que, com ela, os professores da rede de educação das três cidades trabalharam temas até então desconhecidos por parte de seus municípios, colaborando para a formação de uma consciência cidadã valorizando a cultura popular e as redes de sociabilidade.

Enfim, o projeto supracitado apontou a positividade da popularização dos conhecimentos produzidos nas instituições de ensino superior e, em especial, a relevância

da aproximação entre a comunidade universitária e os munícipes de Bom Sucesso, Cambira e Marumbi. Ademais, gerou trocas de experiências singulares que tornaram clara a ineficácia de se tratar o aluno como mero receptáculo de saber. Eles são indivíduos capazes de partilhar emoções, fazer escolhas e perceber criticamente a realidade na qual estão inseridos.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D’ Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica, em curso de nível superior*. Brasília: MEC, 2000.

CANCLINI, Nestor. *Consumidores e Cidadãos. Conflitos Multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2001.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Médio e Fundamental (Parecer CNE/CEB n.4, 02/01/1998 e Resolução CNE n. 2, 07/04/1998).

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HORTA, Maria L. P. (et all) *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN - Museu Imperial, 1999.

IPHAN. *Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais*. Ministério da Educação e Cultura, 1976.

LUZ, France. *O fenômeno urbano em uma zona pioneira: Maringá*. Maringá: Prefeitura Municipal, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezzera de. A crise da Memória, História e Documento: reflexões sobre um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: Editora da PUC/São Paulo, no. 10, 1993.

PELEGRINI, Sandra C. A. e FUNARI, Pedro Paulo. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RODRIGUES, J. P. P. Estudos de História Regional no Vale do Ivaí. Maringá: Unicorpore, 2017. 116p.

SETI. *Programa Universidade de Extensão Universitária Universidade Sem Fronteiras*. Edital n. 4, 2007. Curitiba: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, 2008.

DADOS DE AUTORIA

João Paulo Pacheco Rodrigues

Professor Adjunto A do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (UFAC); Mestre em História, em 2012, ao examinar o Patrimônio imaterial do Norte do Paraná por meio da pesquisa "Das Margens do Ivaí, a Festa de Nossa Senhora das Águas.

joapacheco2210@hotmail.com | <https://orcid.org/0009-0005-7528-4049>